

AS ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER.

Anete Souza Farina; Luciana Almeida Lima; Flávio Rebutini

RESUMO: A Secretaria da Educação de um município do grande ABC paulista solicitou suporte dos pesquisadores para identificar os motivos que levam os jovens das classes populares a depredarem os aparelhos públicos, destinados ao lazer e às práticas de esportivas. O estudo seguiu a proposta do modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner. Participaram da pesquisa: Moradores, Instituições públicas de ensino e lazer. Instituições privadas e religiosas. Foram entrevistadas 102 (cento e duas) pessoas no total, sendo 62 (sessenta e dois) indivíduos adultos (média de 45 anos de idade) e 40 (quarenta) indivíduos adolescentes (média de 16 anos de idade) que são moradores da área invadida e buscam participar das atividades promovidas pelo centro esportivo. Como estratégia de investigação adotou-se a técnica de entrevista semidirigida composta por um roteiro que procurou abordar temas como concepção sobre atividades esportivas e percepção sobre as atividades oferecidas pelo Centro Municipal. A coleta de dados ocorreu em diferentes dias da semana e horários, no próprio centro esportivo e imediações. Os dados obtidos, após analisados permitiram identificar dois eixos de discussão: (a) relação com o Centro Esportivo e (b) representação sobre o esporte. O estudo permitiu identificar que os jovens sofrem com o preconceito e que o acesso ao Centro esportivo é dificultado pelos funcionários. Como estratégia de enfrentamento, os pesquisados utilizam a depredação de duas formas: uma para marcar a apropriação do lugar e a outra como forma de intimidação. Quanto à representação do esporte, os pesquisados identificam que as estratégias adotadas para a ocupação do espaço público não garantem a presença de profissionais que

os possa orientar. Com Bse no estudo foi possível identificar que a expressão violenta empreendida contra os aparelhos públicos consiste em um apelo a inserção.

Palavras-chave: violência; juventude; inserção social, lazer e esporte.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de transição permeada por múltiplas transformações amplamente estudadas por autores de diferentes áreas do conhecimento. Para psicologia essa fase mobiliza um intenso esforço, em razão da busca pela identidade adulta. As vestimentas, gestos e vocabulário, traduzem um jeito do jovem interpretar e agir no ambiente, de acordo com sua percepção sobre o ambiente, ou como resposta à percepção do próprio ambiente sobre ele. A agregação a um grupo é mais que um desejo nessa fase da vida, essa afiliação poderá trazer benefícios para o adequado desenvolvimento do jovem ou, ao contrário, promover o potencial de risco (Outeiral, 1994 e Ortega, 1993). Por essa razão, torna-se relevante a observação e análise sobre o contexto onde os jovens estão inseridos, ampliando a compreensão sobre sua participação, percepção e atuação em distintos ambientes.

O ambiente neste estudo foi definido como o conjunto formado por distintas instituições de referência como: família; escola; religião; comunidade e outros. As pessoas lidam com o ambiente a partir da percepção que têm sobre ele e, por essa razão, identificar os elementos simbólicos que configuram os ambientes nos quais os indivíduos estão inseridos é de fundamental importância para compreender o seu comportamento. Assim, este estudo optou por utilizar o modelo ecológico (ambiental) proposto por Bronfenbrenner para entender os tipos de estratégias adotadas pelos jovens para se inserirem em um Centro Municipal de Esporte e Lazer.

O MODELO ECOLÓGICO

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento privilegia os aspectos saudáveis do desenvolvimento, os estudos realizados em ambientes naturais e a análise da participação da pessoa focalizada no maior número possível de ambientes e em contato com diferentes

pessoas. O desenvolvimento humano é, então, definido como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida" (Bronfenbrenner, 1996). O autor explicita a necessidade dos pesquisadores estarem atentos para a diversidade que caracteriza o homem - seus processos psicológicos, sua participação dinâmica nos ambientes, suas características pessoais e sua construção histórico-sócio-cultural (1998).

Segundo Bronfenbrenner (1996) o ambiente percebido é constituído de quatro níveis crescentes entre si e alternam-se a partir das ações dos indivíduos e da modificação do comportamento.

Estes níveis são: (a) microssistema (b) mesossistema (c) exossistema (d) macrossistema. De forma simples pode-se dizer que o microssistema é representado por relações interpessoais estabelecidas face a face e que ocorrem em um ambiente imediato. Ampliando a complexidade, o mesossistema consiste nas relações interpessoais vividas no mesmo ambiente e com várias pessoas. O terceiro nível dos sistemas é o exossistema, no qual um ou mais ambientes envolvem a pessoa como participante ativo e poderá produzir eventos que a afetam. O último sistema, o macrossistema, refere-se à própria solidez da cultura que, por sua rigidez, parece estar acima do indivíduo, como se ele não participasse de sua manutenção, contudo, produz fenômenos que interferem diretamente em sua vida.

As leituras de Berger e Luckmann (1998); Heller (2000) e Bourdieu (2007) permitem interfaces com o modelo ecológico. Heller afirma que o homem nasce inserido em sua cotidianidade e o seu amadurecimento significa, em qualquer sociedade que ele adquiriu todas as habilidades necessárias e imprescindíveis para a sua vida adulta. Ele deverá ter assimilado a conduta possível para o seu grupo social e estas condutas lhes são apresentadas durante o seu processo socializador (microssistema). Berger e Luckmann mencionam que há necessidade da eleição de recursos que garantam a sobrevivência do indivíduo em sua própria sociedade. Esses recursos são imprescindíveis e se apresentam como conhecimentos que se estruturam em termos de convivência, interesses pragmáticos e imediatos e dependem dos dispositivos sociais para sua inserção no mundo. Esses dispositivos definirão a direção do desenvolvimento e o lugar que as pessoas ocuparão na sociedade (mesossistema).

O homem é necessariamente um empreendimento social e só interioriza o mundo a partir das instituições, sendo essas entidades experimentadas como uma realidade objetiva, desde

a tenra idade (exossistema). Nesse sentido, a ordem social existe unicamente como produto da atividade humana, sendo os homens, em conjunto, produtores de um ambiente humano ou não.

É a partir da formação do universo simbólico que se desenvolvem os conceitos de certo e errado (macrossistema) para cada ambiente. Para Heller, Berger e Luckmann é no processo socializador que tem início na tenra idade, que o germe do desenvolvimento da moral e, conseqüentemente, da ética se instalam.

Heller afirma que a vida cotidiana é heterogênea e hierarquizada de acordo com as disposições econômicas. A sobrevivência em um ambiente desprovido de recursos materiais torna a subsistência prioritária, independente da idade do indivíduo, bem como pré-determina o seu lugar na sociedade. Bourdieu (1982) interpreta as estruturas sociais como constituídas por *habitus*, que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Assim, o *habitus* é uma disposição durável que gera e estrutura práticas de um processo de interligação de condições materiais de existência de uma classe e determina a interpretação que o grupo fará sobre o possível e impossível, o provável e improvável e o certo e o errado. Dessa forma, algumas práticas e aspirações serão sentidas como normais ou proibidas. O *habitus* é subjetivo, contudo, não é individual. Ele é o resultado da integração de todas as experiências vividas de forma coletiva e age como uma matriz de percepções, avaliações e ações de um grupo.

O modelo ambiental compreende uma rede de comunicações que interagem entre si. A existência tem início em um espaço institucional denominado família que é constituído por pessoas que exercem diferentes papéis e formas de relacionamento. Participam desse ambiente as outras instituições como o Estado, a saúde, a escola, a religião e outros grupos de convivência e a conduta dos jovens tem como base o resultado dessas interações.

Do exposto, deduz-se que a dinâmica entre diferentes ambientes e os jovens neles inseridos significa uma perspectiva integral para analisar suas ações e interesses. Pensar a inacessibilidade social de um grupo de jovens é buscar compreender os determinantes que elevam o processo de exclusão, construídos pela sociedade e que promovem e mantêm a vulnerabilidade ao risco.

FATORES DE RISCO

Atualmente os fatores de risco são inúmeros para jovens de todas as classes sociais e para aqueles que vivem imersos em um ambiente desfavorável sócio-econômico e psicológico. O risco se amplia por impedir o desenvolvimento, desde a tenra idade, de fatores de proteção que são de responsabilidade do Estado. Esses fatores de proteção (Jessor, 1993) dependem das condições ambientais e da invulnerabilidade do próprio indivíduo.

O comportamento de risco está associado à vulnerabilidade social, levando o jovem a apresentar indiferença às situações de perigo, exagerado exibicionismo e outros comportamentos que serão avaliados de forma negativa e, conseqüentemente, a uma avaliação negativa. (Dolcin, 1989).

Entendem-se como fatores de risco aqueles que interceptam o desenvolvimento psicossocial do jovem colocando-o em situação de vulnerabilidade e que podem desencadear transtornos de condutas graves. Em geral, essas condutas são compreendidas como atos de violência impulsionados pela explosão da agressividade contra alguém, algo, ou contra si mesmo.

SOBRE A CONDUTA VIOLENTA

O homem precisa de uma estrutura orientadora que norteie sua vida e lhe mostre objetivos. Essa rede protetora é tecida, na maior parte das malhas, com atividades laboriosas e objetos de devoção. São referências importantes, que mostram ao homem por onde andar, como andar, e para que andar. Sem este suporte, a vida poderá parecer um salto mortal e sem significado.

O indivíduo pode reagir com agressividade quando sentir-se ameaçado em relação a esses objetos. Mas quaisquer que sejam os princípios das pessoas, sua agressão mostrar-se-á misturada à destrutividade (não defensiva) quando se sentir ameaçada em suas necessidades psicológicas.

Bandura (1982) define agressão como conduta que produz danos às pessoas e a destruição de propriedades. Sua definição está de acordo com a posição jurídica adotada em todas as sociedades dos países ocidentais que vêem a agressão no sentido de destruição. Ainda nesse sentido, Michaud (2001) diz que podemos classificar a agressão como uma violação das normas sociais regidas pela sociedade onde o agressor está inserido, embora as leis que regem a sociedade ainda autorizem certos tipos de agressão,

Para Raybin (1971) os conflitos relacionados à agressão fazem parte do desenvolvimento humano, e que a incorporação desses conflitos é feita através de um sistema complicado e distorcido da sociedade e da cultura. Bourdieu (2007) ao conceituar o habitus como uma matriz de ações criada e utilizada por um determinado grupo, afirma que os mecanismos de repressão utilizados permitem controlar e reprimir a conduta hostil, impondo limites aceitáveis, ou não, dependendo das características do grupo a ser reprimido. Alerta que essa variação solicita uma análise mais detalhada sobre o ambiente e o elemento gerador da hostilidade.

A exclusão certamente é um ato violento que pode gerar conduta hostil do excluído. Essa condição observada entre os jovens pesquisados que se encontram em situação de vulnerabilidade social, refere-se à inacessibilidade à participação em um espaço público de esporte e lazer, evidenciando uma contradição entre esporte, lazer e exclusão.

O ESPORTE COMO A ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL

O esporte pode ser encarado como um painel para múltiplas relações culturais que caracterizam a sociedade, que no caso do Brasil, seriam o racismo, a pobreza e outros determinantes da exclusão social. Betti (1997) afirma que se pode definir esporte como uma ação social institucionalizada. É convencionalmente regra e se desenvolve, com base lúdica, em forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é por uma comparação de desempenhos, designarem o vencedor ou registrar o recorde, sendo o resultado determinado pela habilidade e pela estratégia do participante. Essas ações são gratificantes tanto de forma intrínseca, por gerar prazer e autorealização, além de outros sentimentos positivos, como ampliar o espaço de participação social, reconhecimento, estabelecimento e ascensão na estratificação social.

Os autores da pedagogia do esporte também têm constatado a importância dos jogos coletivos para educação de crianças e adolescentes de todos os segmentos da sociedade; uma vez que sua prática pode promover a cooperação, a convivência, a participação, a moral e a ética, entre outros (Oliveira e Paes, 2004). Dessa forma os programas de esportes oferecidos frequentemente, baseiam-se na crença comum que a participação no esporte é um importante elemento socializador, contribuindo não apenas para o desenvolvimento físico, mas, também, para o desenvolvimento psicossocial.

Há uma tentativa, em razão do apelo psicossocial esportivo, de guindar os atletas à condição de estrelas. É comum assistir reportagens que destacam atletas que superam muitas dificuldades antes de atingirem o sucesso no esporte de alto nível. Cabe ressaltar que o esporte de alto nível não tem um enfoque de inclusão, e sim, de exclusão, pois apenas os dotados de certa excepcionalidade e que tiveram melhores oportunidades e recursos para seu desenvolvimento atingem este padrão e, exatamente, por essa singularidade que esses atletas são destaque, inclusive na mídia.

Esse cenário torna-se mais cruel quando crianças e adolescentes são levados à prática esportiva com o intuito de sustentar suas famílias. Conduzidos precocemente a uma responsabilidade gerada por expectativas extraordinárias, muitos abandonam a prática esportiva e desenvolvem dificuldades para exercerem os demais papéis sociais (Mioli, Rebutini e Machado, 2006).

Em outra extremidade temos as práticas corporais recreativas ou mesmo desportivas que buscam a socialização, que estão imbuídas de criar laços afetivos, afiliações entre os participantes e, aí sim, o esporte e a atividade física podem atuar como integralizadoras no contexto social, trazendo para sua prática os jovens em busca de experiências lúdicas, de diversão, afiliação e autodesenvolvimento, o que realmente promove a saúde.

O que torna fundamental o desenvolvimento das atividades físicas na comunidade, sejam nos clubes esportivos, praças, parques e outros espaços públicos é que estejam disponíveis para promoverem o desenvolvimento saudável do homem. Os Centros Municipais de Esporte e Lazer foram criados e disponibilizados para as comunidades com o mesmo objetivo.

ASPECTOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Este estudo teve início a partir da solicitação da Secretaria de Educação de um dos municípios do Grande ABC paulista, que procurou a psicologia com o propósito de obter suporte científico para entender os motivos que levam os jovens das classes populares a depredarem os aparelhos públicos, destinados à prática de esporte e lazer. Com base nessa solicitação, foi necessário eleger um dos Centros municipais que é freqüentemente alvo de intenso ataque de vandalismo, para conhecer sua estrutura e dinâmica, antes de elaborar o desenho do estudo.

O Centro Municipal estudado fica em um bairro situado na divisa entre duas cidades, que tem como fronteira uma área ocupada por 400 famílias. Esse centro é o único espaço para prática de esportes e lazer na região e dispõe de uma piscina, três quadras e uma sala para ginásticas e cinco funcionários, que se dividem nas funções de coordenação, administração, limpeza e segurança. Em relação ao acompanhamento das práticas esportivas, três voluntários assumem essa tarefa. Posto isso, decidiu-se pela pesquisa qualitativa por ser mais adequada para este estudo, que teve como principal objetivo verificar a representação dos jovens sobre esporte, bem como explorar os aspectos que desencadeiam o comportamento violento contra os equipamentos públicos, que neste caso, é um dos centros municipais de esporte e lazer do ABC paulista.

OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo teve por objetivo explorar, a partir do modelo ecológico, a percepção dos jovens em situação de vulnerabilidade que moram na área invadida, os motivos que os levam a depredarem o centro esportivo público, bem como a representação que apresentam sobre as práticas esportivas disponibilizadas por equipamentos públicos.

MÉTODO

Seguindo a proposta do modelo ecológico, foi realizada uma análise da geografia onde se insere o Centro Esportivo e delimitou-se um raio de dois quilômetros em seu entorno, visando identificar todos os estabelecimentos e instituições que compõem esse espaço. Participaram da pesquisa: (A) CE. (B) Escolas Públicas e Privadas. (C) Núcleos religiosos. (D) Serviços de saúde. (E) Centros esportivos privados. (F) Associações. (G) Comércio.

(H) Moradores. (I) Instituições públicas de lazer. (J) Instituições privadas de segurança. (K) Pontos de ônibus.

Foram entrevistadas 102 (cento e duas) pessoas no total, sendo 62 (sessenta e dois) indivíduos adultos (média de 45 anos de idade) e 40 (quarenta) indivíduos adolescentes (média de 16 anos de idade que são moradores da área invadida e buscam participar das atividades promovidas pelo centro esportivo.

Como estratégia de investigação adotou-se a técnica de entrevista semidirigida. A escolha dessa estratégia teve como propósito permitir maior flexibilidade para o entrevistador e liberdade de expressão para o entrevistado, uma vez que o *setting* de entrevista não foi preparado, ou seja, as entrevistas ocorreram nos locais mencionados.

O roteiro de entrevista foi elaborado previamente e procurou explorar os seguintes temas: (a) percepção em relação aos moradores da região, como: classe social; conduta; modo de vida. (b) características dos jovens da região como: conduta/educação/valores expectativas e interesses. (c) programas direcionados para jovens entre 12 e 17 anos idade. O roteiro base adotado foi o mesmo para as entrevistas com a população de adultos e jovens. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos. Os procedimentos éticos previstos para realização de pesquisas com seres humanos foram adotados. A coleta de dados ocorreu em diferentes horários e dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados. Os dados obtidos foram transcritos literalmente e, posteriormente analisados qualitativamente. Após a análise do material obtido, foi possível organizar os seguintes eixos de análise: (1) Percepção dos adultos sobre os jovens. (2) Autopercepção dos Jovens. O primeiro tema reuniu informações sobre a percepção dos entrevistados sobre os jovens, e as possíveis implicações dessa percepção no desenvolvimento e manutenção do preconceito. Além disso, permitiu obter informações sobre as ações voltadas para proteção e desenvolvimento dos jovens e a influência da condição socioeconômica na vida deles. Essas informações também foram importantes para ampliar a compreensão sobre a pré-disposição ao risco. O segundo tema, autopercepção dos jovens, permitiu organizar dois subeixos: (a) perspectivas futuras; (b) condições atuais: escola – trabalho – família e lazer. Os eixos temáticos identificados permitiram a articulação do eixo mais importante do estudo, que permite explicar os atos de violência contra os Centros Municipais. Será sobre essa questão, objeto deste estudo, que as discussões serão realizadas.

DISCUSSÃO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

A alta taxa de criminalidade nos grandes centros urbanos tem preocupado a sociedade e as ciências, por serem os jovens entre doze e dezessete anos de idade, os responsáveis por crimes violentos e, também, vítimas deles.

Dados estatísticos revelam que a taxa de homicídios praticados por jovens entre 15 e 17 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2004, foi 50,2 por cem mil habitantes. Esses índices são ainda mais elevados em determinadas regiões do Brasil, como Norte e Nordeste. O estudo apresentado pelo Mapa da Violência (2011) informa ainda que 62,8% das mortes de jovens em todo o país ocorreram por homicídios, acidentes de transportes e suicídios e o mesmo documento aponta que, em 2004, foi detectada queda expressiva, por dois anos consecutivos, nos índices de homicídios e atribui essa baixa significativa ao “Estatuto e à Campanha do Desarmamento” lançados naquele ano.

Alguns estados também têm reduzido a média de homicídios nas respectivas regiões, com tendência a diminuir seus índices, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto Pará, Alagoas e Goiás praticamente dobraram os seus números. A pesquisa sugere que essa inversão nos índices dos estados possa ter sido provocada pelo Plano Nacional de Segurança Pública e pelo Fundo Nacional de Segurança que canalizaram seus recursos para o aparelhamento das regiões de maior incidência, o que dificultou a ação e provocou a migração para locais de menor risco, elevando o número de homicídios na região.

A violência juvenil é comum em países do terceiro mundo, bem como a adesão ao tráfico e consumo de drogas.

No Brasil, a necessidade de ampliar a proteção da criança e do adolescente solicitou mudança na Constituição de 1988 e que evoluiu para consolidação do ECA em 1990, um polêmico instrumento na proteção de jovens delinquentes (Adorno et al, 1999).

O estudo identificou que os jovens pesquisados estão vulneráveis à violência e desprotegidos em relação às determinações do ECA. Eles sentem agudamente o

preconceito em relação à origem social e revelam que a discriminação que vivenciam tem relação com a representação que a comunidade apresenta sobre os moradores das favelas.

O acesso ao Centro Municipal de Esporte e Lazer é dificultado por funcionários, de acordo com a percepção dos jovens pesquisados, porque são vistos como delinquentes e ameaçadores. Diante das dificuldades que encontram para usar as instalações de esporte e lazer, os pesquisados adotam como estratégia de inserção, a depredação. Explicam que dessa forma marcam o espaço com sinais de violência, como pichações e depredações, visando à apropriação do lugar. Informam que essa estratégia garante a intimidação dos usuários e dos funcionários, proporcionando o desejado espaço de uso. Assim, a frequência dos “incluídos” diminui, concretizando, na percepção dos jovens pesquisados o pleno domínio sobre o espaço, como uma conquista coletiva de acesso às práticas de esporte e lazer, mediado por regras próprias.

Os funcionários do Centro procuram manter um relacionamento amistoso com os jovens como uma forma de controle dos ataques ao patrimônio e da ameaça contra a própria integridade física. Esses jovens, ao utilizarem dessas estratégias, procuram garantir a utilização do espaço físico, por entenderem que, deixando de assim agirem, serão impedidos de frequentar o centro.

Em relação à representação que têm sobre o esporte, exibem certa particularidade, talvez relacionada à realidade em que vivem. Consideram que o Centro deveria manter profissionais de educação física que os ensinassem a jogar basquete “como os negros americanos” e promovessem campeonatos entre as comunidades. Além disso, o centro deveria incluir aos esportes, atividades que envolvessem música e ritmo. Ressentem-se da ausência de profissionais habilitados para orientá-los durante as atividades esportivas, até quando jogam futebol. Revelam o sucesso na apropriação do espaço, contudo, exibem com clareza a falta de atenção daqueles que deveriam incluí-los nessa comunidade - o próprio Poder Público.

Com esse estudo foi possível identificar que a expressão de violência empreendida contra os equipamentos públicos está associada a uma estratégia estereotipada de inserção e que, na verdade é mantida pela própria sociedade. A representação que eles têm sobre o esporte, suas expectativas e a relação que mantêm com o centro municipal de esporte e de lazer

denuncia um forte descompasso entre aquilo que deveria ser a finalidade do centro e as reais necessidades dos pesquisados.

Esse descompasso foi observado a partir da análise dos depoimentos obtidos junto à comunidade, o que permitiu identificar que o preconceito é construído e mantido em todos os espaços, como instituições educacionais, religiosas, comerciais e outras. Assim, o fato de nascerem e viverem nessa realidade irá determinar não apenas sua precária condição de vida, mas, também, selar um fatídico destino.

Este estudo que adotou o modelo ecológico (ambiental) proposta de Bronfenbrenner, permitiu identificar os processos sócias que promovem a exclusão e suas decorrências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível identificar a participação do ambiente na elaboração das representações sobre o esporte, entre jovens pobres vivendo em situação de vulnerabilidade ao risco, bem como o distanciamento das políticas públicas em relação às ações que poderiam romper com a inacessibilidade social. O esporte praticado em instituições públicas, em primeiro lugar, deve ser entendido como uma política de qualidade de vida e bem estar, ou seja, oportunizar o desenvolvimento psicossocial para toda população jovem, especialmente.

Este estudo, fruto da demanda de um órgão público (Secretaria Municipal de Educação) que tinha como solicitação a extinção do comportamento de depredação aos Centros Esportivos e de Lazer do Município, pode concluir que essa secretaria atua no sentido contrário a sua própria missão, e por essa razão, as estratégias adotadas para apropriação do espaço, utilizados pelos jovens, consistem em atos violentos contra o patrimônio, sinalizando para sociedade em geral, que o centro como um lugar objetivo e simbólico passa a pertencer a eles, se não por direito, por apropriação. Entretanto, resta-lhes apenas a estrutura física como as quadras e piscinas, porque os profissionais especializados que lá deveriam atuar, não estão. O esforço de apropriação dos jovens em relação ao centro esportivo e de lazer, como um lugar de desenvolvimento da cidadania não é alcançado, restando apenas uma apropriação simbólica de um espaço e de um vazão.

Os dados obtidos neste estudo foram apresentados à Secretaria da Educação do Município, solicitante desta investigação, bem como uma proposta elaborada com o objetivo de modificar a relação do Centro Esportivo com a comunidade jovem. Entretanto, a receptividade dos achados e da proposta de intervenção foram rejeitadas pela Secretaria, evidenciando o repúdio aos moradores da área invadida. O despreparo e descompromisso do representante do governo, neste caso, o Secretário da Educação, reafirmam a exaustiva jornada de lutas que devem ser empreendida para transpor o preconceito e os processos de exclusão vividos por muitos brasileiros de diferentes idades. Em relação aos adultos investigados neste estudo, os dados obtidos corroboram com a percepção do servidor público-secretário da educação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo. Perspec. V.13, n.4, Oct/Dec.1999.

BANDURA, A. **Análise de La agresión y La delincuencia**. México. Trilha, 1982.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. São Paulo, Vozes. 1998.

BETTI, M. **Violência em campo: dinheiro, mídia, transgressão às regras no futebol e espetáculo**. IJUÍ: UNIJUÍ, 1997.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 2007

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology**, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, 1998.

DOLCINI, M. M. et al. Adolescent egocentrism and feelings of invulnerability: Are they related? **Journal of Early Adolescence**. v.9. 1989.

HELLER, A. **Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

IBGE- Instituto de Geografias e Estatística. Centro demográfico. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

JESSOR, R. Adolescent mental health: prevention and treatment programs. **American Psychologist**, v.48, 1993.

MICHAUD, Y. **As causas da violência: o ponto de vista antropológico**. São Paulo. Ática, 2001.

MOIOLI, A.; REBUSTINI, F. Fortalecendo valores: perspectiva da psicologia do esporte. **Revista brasileira de educação, esporte, lazer e dança**. v.1. fev. 2006. disponível: www.redfeld.com.br.

OLIVEIRA, M. e ASSIS, S. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A Perpetuação do descaso. **Cad. Saúde Pública**. Out/dez.1999.v.15 n4.

OLIVEIRA, V. PAES, R. A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. **Lectures: Educacion Física y deportes**. Ano 10, nº71, abril de 2004.

ORTEGA, M. Adolescência, identidade, crises. **Revista APPIA**, v11 (1/2). 1993.

OUTEIRAL, J. O. **Adolescer: estudos sobre adolescência**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1994.

RAYBIN, J. Aggression, mythology and college students. **America Journal os psychiatry**, 128 (4). 1971

WAUSELFISZ J. J. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil.** São Paulo, Instituto Sangari, 2011.